



Estratégias de acesso e circulação do conhecimento científico sobre, para e de surdos em periódicos brasileiros

Paula Aparecida Diniz Gomides (UFMG/ INES-UFLA)
contatopaulagomides@gmail.com
Tiago da Silva Ribeiro (INES)
tiago@ines.gov.br

Resumo: Debates sobre a importância de repensarmos a forma como a divulgação científica tem sido conduzida em nosso país, sobretudo, em relação às políticas linguísticas nas quais se embasam os periódicos científicos. Nossos objetivos perpassam por levantar e demonstrar formas de divulgação científica, com apoio de novas tecnologias, que sejam mais acessíveis à Comunidade Surda, como as apresentações de artigos em Libras, por vídeo, por exemplo. Assim, questionamos: é possível desenvolver estratégias para que a produção e a circulação do conhecimento científico se tornem mais acessíveis ou democráticas? Nosso ponto de partida é a coleta de estudos que tematizam a Comunidade Surda, por meio da visão Sociocultural, abordando de que forma os periódicos que aceitam trabalhos científicos deste cunho promovem a apresentação e socialização destes em sua plataforma. Também debatemos instrumentos de dominação linguística, utilizando-nos de referenciais como Bourdieu (2004) e Castro-Gómez (2007). Coletamos cerca de 94 estudos, publicados entre 2019 e 2021 em duas bases de dados científicas: BDTD e CAPES periódicos. Nenhum dos estudos foi apresentado em Libras, sendo predominante a socialização por meio do suporte em PDF e em língua portuguesa. Oito destes, especificamente os artigos, também foram publicados em língua inglesa. Assim, concluímos que, em geral, os repositórios que socializam estudos sobre a educação de surdos não desenvolvem uma forma alternativa ou democrática de divulgação dos conhecimentos produzidos, uma vez que essa socialização não ocorre na Libras, oficializada como a língua de expressão e comunicação da Comunidade Surda Brasileira¹.

Palavras-chave: Divulgação Científica; Políticas Linguísticas; Comunidade Surda; Novas Tecnologias; Libras.

Abstract: We discuss the importance of rethinking the way scientific dissemination has been conducted in our country, especially about language policies on which scientific journals are based. Our goals are to raise and demonstrate forms of scientific dissemination, with support from new technologies, which are more accessible to the Deaf Community, such as presentations of articles in Libras, by video, for example. Thus, we question: is it possible to develop strategies so that the production and circulation of scientific knowledge become

¹ Em defesa ao livre acesso do conhecimento à Comunidade Surda em sua língua, produzimos uma versão do resumo deste trabalho em Libras, interpretada pelo professor Wanderson Samuel Moraes de Souza ao qual rendemos sinceros agradecimentos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qUyCPFJto7c&ab_channel=WANDERSONSAMUELMORAESDESOUZA. Acesso em: 31 out. 2021.



more accessible or democratic? Our starting point is the collection of studies on the theme of the Deaf Community, through the sociocultural vision, approaching how the journals that accept scientific papers of this nature promote their presentation and socialization in their platform. We also discuss instruments of linguistic domination, using references such as Bourdieu (2004) and Castro-Gómez (2007). We collected about 94 studies, published between 2019 and 2021 in two scientific databases: BDTD and CAPES journals. None of the studies were presented in Libras, being predominantly socialized through PDF support and in the Portuguese language. Eight of these, specifically the articles, were also published in English. Thus, we conclude that, in general, the repositories that socialize studies on deaf education do not develop an alternative or democratic way to disseminate the knowledge produced, since this socialization does not occur in Libras, officialized as the language of expression and communication of the Brazilian Deaf Community.

Keywords: Scientific Dissemination; Language Policies; Deaf Community; New Technologies; Libras.

Introdução

O principal objetivo deste artigo é identificar as estratégias de divulgação do conhecimento científico acerca da surdez por bases de dados de socialização científica nacionais. Buscamos uma articulação entre aspectos pertinentes à produção e à circulação de estudos produzidos *sobre, para e de* surdos no contexto brasileiro. Desde os anos 2000, é possível perceber uma maior inserção social da Comunidade Surda, o que não ocorre, senão por meio de muitas lutas, culminando na oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como “língua de comunicação e expressão” desta Comunidade (BRASIL, 2002). A partir de então, percebemos outros avanços, relacionados, principalmente à educação de surdos, com a obrigatoriedade e regulamentação do trabalho de tradutores e intérpretes de Libras (BRASIL, 2010) e, mais recentemente, o ensino bilíngue (português-Libras) (BRASIL, 2015; 2021a; 2021b).

Apesar destes avanços, é perceptível que essa Comunidade ainda é vista, em um contexto sócio-político mais amplo, como uma minoria linguística, exposta a um entendimento capacitista e dependente de atendimento clínico-terapêutico, não para que uma visão social da surdez seja construída, mas para que as pessoas surdas equiparem à maioria ouvinte. Isso inclui uma socialização tardia com a Comunidade Surda e, conseqüentemente, a aprendizagem tardia da Libras, predominando o ensino de português como primeira língua,



dentre outros problemas, que resultam em restrição comunicativa, exclusão e abandono da escolarização por muitos surdos no país (QUADROS, 2004; 2005).

Em relação à prática científica, este contexto não é diferente: há, no campo acadêmico-científico uma predominância, inclusive, por modos de socialização científica, prioritariamente, em língua inglesa, em decorrência de fatores como a pressão por resultados, refletidos em pesquisadores e Programas de Pós-Graduação. Os debates para uma democratização da ciência nacional encontram barreiras, se considerarmos avaliações e ranqueamentos estritamente quantitativos e que salientam o produtivismo, em uma relação processo-produto (CHAUÍ, 2003; FERREIRA; SANTIAGO, 2018).

Assim, considerando os pressupostos discutidos acima, lançamo-nos em campo, com a seguinte pergunta de pesquisa: seria possível que estratégias fossem desenvolvidas para que a produção e a circulação do conhecimento científico se tornassem mais acessíveis ou democráticas? Nossa hipótese é a de que periódicos voltados para publicações relacionadas a surdos ou surdez podem nos oferecer pistas acerca da forma como a produção científica pode ser democratizada, tornando-se mais acessível para realidades outras, considerando sujeitos que utilizam outras línguas, como as línguas viso-espaciais. Lembramos que essa Comunidade está envolta em cenários que proporcionam a colonialidade do *poder*, do *saber* e do *ser* (QUIJANO, 2005; CASTRO-GÓMEZ, 2007; CHAIBUE; AGUIAR, 2014).

Buscamos traçar alternativas para modelos de produção e circulação do conhecimento sobre a surdez, tendo em vista pressupostos como as relações de poder em torno de uma política linguística, que orienta a produção científica brasileira, em face da importância do acesso a grupos e minorias linguísticas. Em face disto, centremo-nos nos periódicos indexados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que regulamenta e avalia periódicos e Programas de Pós-Graduação no país, promovendo queixas acerca da pressão em avaliações estritamente quantitativas do conhecimento (ZUIN; BIANCHETTI, 2015). Além disso, pesquisamos também as bases de socialização de trabalhos de mestrado e doutorado, tendo em vista as teses e dissertações produzidas *sobre, para e de* surdos. Neste sentido, nossos objetivos específicos se voltam a: i) Levantar publicações científicas que têm como temática principal os estudos surdos, bem como os periódicos nos quais esses trabalhos foram socializados; ii) Analisar o volume de pesquisas



publicadas nos últimos 3 anos e a forma como estas são socializadas; e iii) Discutir meios de ampliação do acesso e circulação do conhecimento científico, considerando a forma como essas produções são socializadas.

O predomínio de uma língua sobre outra deixa implícita uma dada política linguística que promove a valorização das línguas orais (português, inglês), em detrimento de línguas viso-espaciais e/ou minoritárias (Libras, línguas indígenas, dentre outras) (QUADROS, 2005). Este fato, implica na exclusão, restringindo o acesso aos campos científicos nas diferentes áreas do conhecimento (BOURDIEU, 2004). Oliveira (2016, p. 398) entende que, em nosso século, há possibilidades para que sejam pensadas política(s) linguística(s), em direção a um aumento das dinâmicas comunicacionais, fazendo com que as línguas sejam entendidas como recursos, “na gestão do multilinguismo e na criação de soluções plurilingues onde antes se proponham soluções monolíngues”. É isso que ansiamos acerca da produção do conhecimento científico.

Esclarecemos que o conteúdo apresentado neste artigo constitui uma primeira etapa da realização de um estudo de finalização do curso de Pedagogia realizado no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Nossa intenção parte não apenas da constatação sobre a forma como a divulgação científica é realizada, em pesquisas que contemplam a Comunidade Surda, mas, também, buscamos traçar pressupostos para que essas divulgações ocorram de uma forma mais democrática e inclusiva. Este artigo está apresentado da seguinte maneira: inicialmente debatemos sobre a forma como as pesquisas brasileiras têm sido desenvolvidas, considerando uma maior inserção da Comunidade Surda no Ensino Superior; a seguir, apresentamos nossa metodologia para a realização desta primeira parte da pesquisa; após, debatemos os dados encontrados e, posteriormente, apresentamos nossas considerações finais.

Inclusão ou Exclusão? A socialização de pesquisas *sobre, para e de* surdos no Brasil

Destacamos neste tópico que, apesar de haver uma vasta produção acerca de críticas, em relação a forma como o conhecimento científico tem sido produzido, avaliado e circulado, as dificuldades apontadas por esses estudos parecem distantes de uma dada resolução, em



curto prazo. A maioria destes autores abordam a importância e necessidade de uma ciência que seja avaliada por meio de aspectos qualitativos, em detrimento de fatores quantitativos e, para isso, seria necessária uma drástica redução das pressões por resultados impostas por órgãos de fomento da pesquisa no país. Há, além da grande pressão pela produção, uma pressão direcionada a publicações, principalmente em língua inglesa, tendo em vista a capacidade de disseminação do conhecimento científico, em decorrência da socialização de resultados de pesquisa em periódicos internacionalizados. Em meio a isso, línguas como a Libras permanecem na marginalidade, não apenas em diferentes esferas sociais (MAHER, 1997; MEGALE, 2018), o que elenca essa língua em uma posição contrária ao que a Lei 13.146 de 2015 estabelece. Mas também, em periódicos de divulgação científica, que permanecem com formas de submissão e divulgação, como se ainda se tratassem de publicações impressas (RIBEIRO, 2021).

Tendo como principal objetivo levantar a existência de publicações que se afinam com os objetivos propostos para este trabalho, lançamo-nos na pesquisa por produções acadêmico-científicas que tematizassem a divulgação científica e seu acesso a pessoas surdas. Nossa busca revelou que são crescentes os trabalhos que demonstram a criação de novos sinais para a Libras, que contemplem alguma área do conhecimento, como Economia, ou Biologia, por exemplo. O fato já demonstra uma sensibilização pelo entendimento da Libras, enquanto língua em desenvolvimento, móvel e cultural e, ao mesmo tempo, ressalta a importância de inclusão dos surdos em debates e disciplinas mais específicas. Isso, conforme uma hipótese por nós desenvolvida, pode resultar do aumento de surdos na educação superior, percebido recentemente.

Alguns estudos são apontados por nós, como a dissertação de mestrado de Lara (2014), que aborda a predominância do uso da internet e meios digitais para a divulgação de pesquisas científicas, tendo em vista a gratuidade deste acesso. Contudo, tais textos são disponibilizados, em sua maioria, em português escrito, o que os transforma, em muitos casos, em meios excludentes de compartilhamento dos conhecimentos, por não oferecerem alternativas em outras línguas, como a Libras. Conforme aponta, da maneira como é socializada, a produção científica se destina a apenas determinada parcela da população, favorecendo com que poucos surdos realmente tenham contato com os trabalhos, alcançando



esferas mais elevadas do ensino como os cursos de Graduação e Pós-Graduação. Ao mesmo tempo, os recursos largamente utilizados, como legendas geradas automaticamente em português e tradutores automáticos de Libras são considerados pela autora como ineficientes, fato que enseja a importância do debate, junto à Comunidade Surda sobre os sentidos produzidos ao terem contato com esse tipo de mediação. Ou seja, a política de acesso aberto e livre promovida em nosso país, na verdade, não é direcionada a todos os possíveis usuários.

Tendo em vista a forma como as divulgações podem se tornar mais acessíveis e democráticas, a pesquisa de Correa, Gomes e Ribeiro (2017), sugere que a produção de infográficos, poderia se relacionar a vídeos que traduzissem conteúdos à usuários surdos, acessados por meio de QR-Code. Este código poderia direcionar interessados surdos a um aprofundamento de informações divulgadas, por meio de vídeos em Libras, tendo em vista a inclusão tecnológica das pessoas surdas em nossa sociedade. Conforme apontam, apenas a presença de infográficos, que já sumarizam informações, não seria o suficiente para que o potencial viso-espacial de surdos fosse aproveitado. O estudo demonstra que a presença do português, em um infográfico analisado, proporciona uma diminuição na compreensão da mensagem, em relação ao conteúdo não-verbal exposto. Assim, em concordância com Correa, Gomes e Ribeiro (2017), entendemos que a presença de vídeos que buscassem uma interpretação de estudos científicos para a Libras, veiculados em periódicos nacionais, poderia proporcionar este efeito de sentido, facilitando a compreensão e interesse.

Em outro estudo, Sá, Francisco e Bourguignon (2021) também abordam o uso da tecnologia, mas como um apoio ao ensino. Essa parece ser ainda uma tendência dos estudos que buscam a criação de glossários e também a produção de conhecimentos, principalmente nos contextos da Graduação e Pós-Graduação. Nesta pesquisa, os autores utilizam-se de imagens, vídeos, textos e demais matérias acessíveis na internet, para a integração entre os professores e a comunidade acadêmica, como um todo. Neste sentido, os autores desenvolvem um recurso bilíngue (português-Libras), para a abordagem de conteúdos relacionados à Biotecnologia. Contudo, conforme ressalta no fragmento destacado abaixo, é importante que, para além de materiais, o ensino de Libras como L1 de surdos seja largamente oferecido, bem como a formação de professores capazes de articular



oportunidades de ensino e interação, tendo como foco principal a inclusão do surdo e a democratização do ensino:

A estratégia de apresentar esse material bilíngue para alcançar os surdos, estimula a ampliação do léxico em Libras na área de ciências e biotecnologia para garantir a acessibilidade, bem como, necessidade latente do REA em ambientes AVA sobre criação de aulas, (re)utilização de materiais e gestão de cursos com atividades e recursos como ferramentas do moodle pela interação dos participantes (SÁ; FRANCISCO; BOURGUIGNON, 2021, p. 72138).

Na contramão da inclusão, percebemos situações em que a colonialidade e subalternidade se estabelecem. Quijano (2005) afirma que a Colonialidade do Poder ocorre por meio de critérios de classificação social baseados, em sua maioria, na raça. Contudo, no caso dos surdos, que não necessariamente podem ser classificados pela cor de sua pele, há que se considerar que a classificação ocorrida aqui diz respeito aos critérios normal/anormal com o estabelecimento de uma dicotomia ouvinte-surdo, na qual aquele que não ouve é alguém em quem falta alguma coisa e, não raro, deve ser adequado ao padrão normal da sociedade majoritária ouvinte. Por isso há uma campanha massiva, iniciada com o Congresso de Milão, em 1880, para que as línguas de sinais sejam abolidas e o surdo se torne ouvinte, ou ao menos se aproprie mais dos preceitos ouvintes, para ser inserido na sociedade (usando aparelhos auditivos, implante coclear, sendo oralizado, aprendendo a leitura labial, aprendendo a escrita em português e escrevendo o que deseja, quando necessitar de algum atendimento, dentre outros meios).

Nesta esfera, a colonização da pessoa surda ocorre ao longo de um processo pela desvalorização da Libras (vide memes sobre as expressões faciais dos intérpretes que acompanham políticos e as famosas *lives* de cantores famosos na internet), mas não apenas isso. Há um processo de dominação da identidade das pessoas surdas, que são colocadas em uma posição hierárquica inferior em relação aos ouvintes. Ouvinte-surdo, seria uma das categorias binárias descritas por Walsh (2009) que fazem predominar a colonialidade do ser. Defendemos que a produção de estudos e conhecimentos *sobre, para e de* surdos, sem que estes sejam realizados, legitimamente, em sua língua, corrobora para que a colonização e o distanciamento destes ao conhecimento persista.



Por essa razão, fundamentamo-nos na máxima *nada sobre nós sem nós*, considerado o lema das pessoas com deficiência, que enfatiza que estudos, políticas e demais medidas que se voltam para as pessoas com alguma deficiência ou diferença, que destoe da normatividade, deva ser debatida junto a essas pessoas. Não se pode falar de alguém e excluí-lo deste debate. Da mesma forma, não se pode promover estudos sobre a Comunidade Surda, pensar políticas que podem ou não a beneficiar, se a Comunidade não é chamada ao debate. Mais especificamente, espera-se que esse debate, como uma forma de inclusão expressa, se desenvolva em sua língua, considerando a sua cultura e sua história de luta por reconhecimento e valorização, justamente em prol do *direito* não apenas de *dizer a sua palavra*, como afirma Paulo Freire (2021), mas de *sinalizá-la*.

A lógica aristotélica afirmava que a audição era relacionada à inteligência e ao conhecimento, sendo assim, os surdos estariam alheios à razão. Mais tarde, a igreja, em um momento de expansão de seus dogmas, pregava que a surdez seria um empecilho para a reprodução da fé cristã, os ouvidos eram as portas para a palavra de Deus. Curiosamente, se desenvolvem nos mosteiros os primeiros ensinamentos na direção da formulação de línguas de sinais, com os frades que realizaram voto de silêncio, mas que mantinham alguma comunicação por gestos. Faz-se importante lembrar que crianças surdas foram condenadas à morte, queimadas na fogueira da inquisição, abandonadas, presas e escravizadas, como soluções naturais e aceitáveis em outros tempos.

Diante a um cenário com tamanha violência e dominação, a Comunidade Surda luta, alcançando legislações que lhe oferecem garantias quanto ao acesso à sua língua, a Libras. Contudo, mesmo com a legislação vigente, é possível perceber a presença de práticas de dominação e imposição da língua portuguesa, o que restringe o acesso à população surda a diferentes instâncias. Conforme evidencia o fragmento abaixo e reiteram os autores que abordam a presença de uma pedagogia decolonial (WALSH; OLIVEIRA; CANDAU, 2018), é preciso que os modos de acesso à produção científica no país sejam, realmente, instrumentos de acesso:

Elaborar meios de acesso ao conhecimento científico que sejam acessíveis é uma forma de promover a inclusão de todos os interessados, de permitir que estudantes e pesquisadores que possuam algum tipo de especificidade possam participar de forma menos dificultada da comunidade científica. É

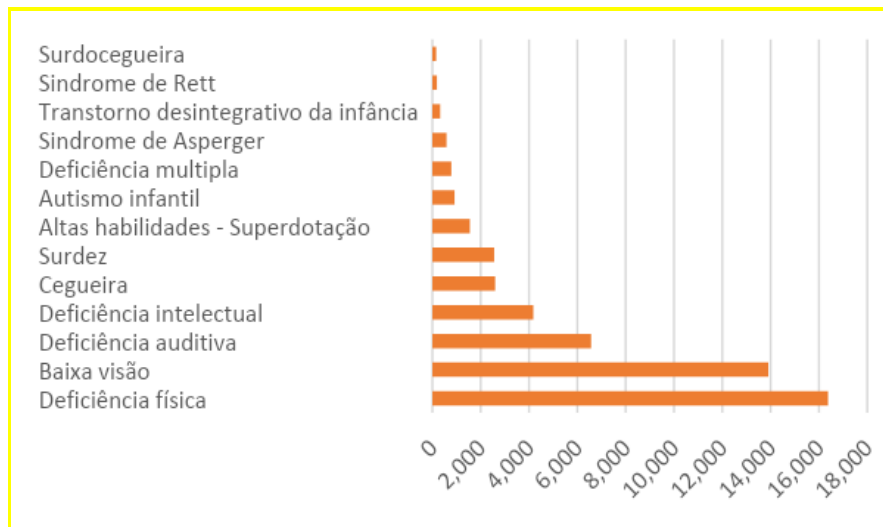


promover o real sentido da palavra acesso, de forma que qualquer pessoa conectada à Internet possa fazer uso do conhecimento produzido (LARA, 2014, p. 10).

Além disso, é preciso que tenhamos em mente que nossas pesquisas possuem um direcionamento, como já aborda a autora Magda Soares (2001), por exemplo. Há um grande volume de pesquisas socializadas, que se destinam, de alguma forma, à Comunidade Surda. Contudo, questionamo-nos: essas pesquisas estão realmente alcançando essa população e transformando suas realidades? Como afirma Lara (2014, p. 80), é imprescindível pensar: “para quem estou pesquisando”, “para quem estou produzindo” e assim possibilitar que o acesso aos seus conhecimentos estejam engajados com a sociedade, a grande subsidiadora da ciência”. Ou seja, estamos realmente trazendo para o debate as pessoas surdas e suas necessidades? Se considerarmos que o sistema educativo (QUADROS, 2005), bem como a ciência tem sido divulgada, prioritariamente em línguas orais, é possível antecipar que essa resposta é negativa.

Entendemos que pensar em meios para a democratização do acesso ao conhecimento científico seja essencial, principalmente em um contexto no qual a Comunidade Surda tem alcançado maior inserção em nossa sociedade. Nosso objetivo, com a exposição apresentada acima, é abordar também o crescente aumento da Comunidade Surda no Ensino Superior, o que pressupõe a importância de políticas pautadas na inclusão destes, reconhecendo e respeitando as Leis já emanadas em nosso país. Conforme o Censo da Educação Superior, divulgado em 2019, em 10 anos (2009 a 2019), o número de matrículas de estudantes que relataram alguma deficiência aumentou de 20.530 para 48.520. Deste total, cerca de 6.569 se declarou como pessoa com deficiência auditiva, 2.556 se declarou como surdo e 157 se declarou como surdo-cego (BRASIL, 2019). O gráfico 01 a seguir expressa esse dado:

Gráfico 1: matrículas de alunos com alguma deficiência no Ensino Superior em 2019



Fonte: Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019)

Podemos perceber, com base no aumento do acesso da Comunidade Surda ao Ensino Superior, que essa inserção pressupõe não apenas a contratação e presença de tradutores e intérpretes capacitados, bem como, a adoção de metodologias mais voltadas à forma como o surdo vê e interpreta o mundo. É imprescindível ainda, que lhe seja permitida a utilização de sua língua, não apenas durante as aulas e demais atividades acadêmicas, mas também no acesso e na produção do conhecimento científico, que se desenvolve nos trabalhos de conclusão dos cursos, por exemplo. Não devemos nos esquecer de que esses alunos serão autores de monografias, dissertações e também teses. Lembramos que ainda são escassos os trabalhos de finalização de curso em Libras, mesmo aqueles produzidos por autores surdos. Inferimos que as regulamentações dos cursos no Ensino Superior também condicionam a produção de trabalhos finais em língua portuguesa, no caso brasileiro, não proporcionando outras possibilidades. Freitas e Eulálio (2020) ressaltam, inclusive, a importância de uma ‘universidade bilíngue’ que, de fato, inclua alunos surdos, capacitando-os para a produção científica, já que essa é uma atividade muito cobrada no ambiente universitário. A seguir apresentamos nossa metodologia de pesquisa.

Pressupostos para a coleta e a análise de dados



Discutimos nesta seção os pressupostos básicos necessários para a coleta dos dados para a realização de nosso debate sobre a efetividade de ações que busquem uma democratização do acesso e disseminação do conhecimento científico à Comunidade Surda, considerando divulgações em línguas minoritárias, como a Libras. Para tanto, lançamos mão da Análise do Discurso (AD), para compreender a forma como os periódicos organizam o conhecimento em suas plataformas, priorizando determinadas línguas, em detrimento de outras, ou considerando a Libras em seu processo de divulgação.

Entendemos que a AD está fundamentada em um contexto situacional sócio-histórico, que tem como principal objetivo o entendimento de como a linguagem opera em diferentes contextos. Assim, entendemos que a forma como os periódicos voltados para publicações relacionadas à surdez, seguem determinado padrão de divulgação, ligado à forma como a ciência tem sido compreendida nos tempos atuais. Devemos considerar que o discurso não se produz apenas de forma oral, mas também de forma escrita e imagética, por meio de diversas estratégias multissemióticas (BLOOME, et al., 2005).

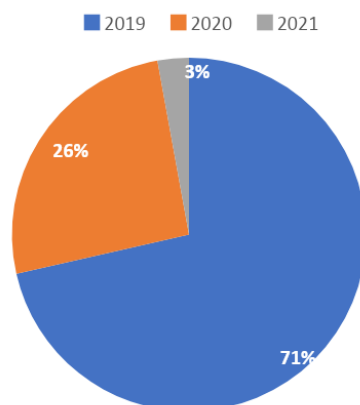
Essa se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, que pretende investigar periódicos *online* brasileiros especializados na publicação de trabalhos que abordem a temática da surdez, direcionando-se, especificamente, à Comunidade Surda. Articular-nos-emos por meio da pesquisa documental e análise de imagens, que destacam a forma como os discursos sobre a surdez e divulgação para a Comunidade Surda são construídos. Os dados coletados são organizados por meio de quadros, gráficos e tabelas, tendo em vista uma maior visualidade.

Assim, lançamo-nos nas principais plataformas de divulgação científica brasileira CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores “educação de surdos”, “ensino bilíngue” e “Libras” presentes no título das produções publicadas no Brasil e com o recorte temporal definido entre 2019 e 2021. Este recorte temporal está considerando, inclusive, que o período pandêmico poderia promover uma maior virtualização da pesquisa, diversificando os meios pelos quais o conhecimento é produzido e distribuindo, principalmente quando o público alvo é uma Comunidade que se diferencia linguisticamente. A busca no portal BDTD ocorreu no mês de setembro de 2021 e evidenciou cerca de 35 trabalhos, compreendidos entre teses (26%) e dissertações (71%), defendidos entre os anos 2019 e 2021.



O gráfico 02 ilustra o volume de trabalhos encontrados na plataforma BDTD, em relação ao ano de publicação, ressaltando a predominância de estudos produzidos no ano de 2019, em detrimento de publicações mais recentes realizadas em 2020 e 2021.

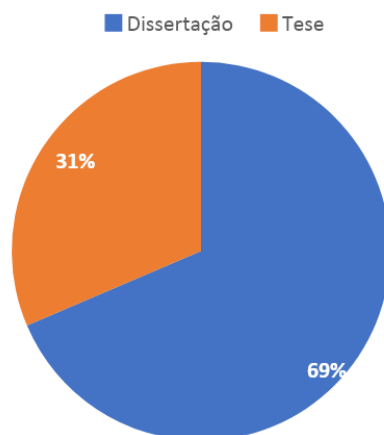
Gráfico 2: Publicações BDTD (2019-2021)



Fonte: dados da pesquisa

Outro dado importante sumarizado no gráfico 03, é a natureza dos trabalhos socializados na plataforma BDTD. A maioria deles se tratam de dissertações, provenientes de cursos de Pós-Graduação, nível mestrado, realizadas no país. Esse dado demonstra, ao mesmo tempo, a escassez de trabalhos em nível de doutorado, mas pode ensejar um aumento gradual destes, caso os autores das dissertações que aparecem no gráfico se lançarem para níveis mais avançados como o doutorado mais tarde.

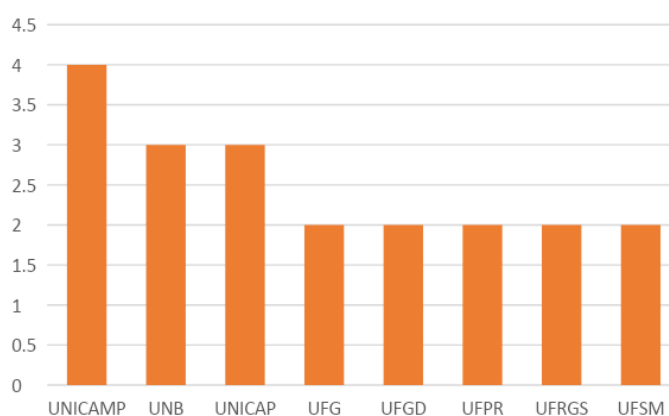
Gráfico 3: Publicações BDTD por natureza do trabalho



Fonte: dados da pesquisa

Finalmente, o gráfico a seguir destaca as instituições de Ensino Superior que mais produziram trabalhos *sobre, para e de* surdos. Essas instituições são a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Católica De Pernambuco (UNICAP).

Gráfico 4: Universidades nas quais as teses e dissertações foram desenvolvidas



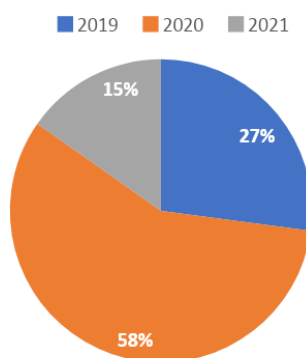
Fonte: dados da pesquisa

Além da busca na base de dados BDTD, voltamo-nos também para os portais de periódicos, investigando o portal de periódicos CAPES. Utilizamos os mesmos descritores



nesta nova busca, selecionando as divulgações socializadas em periódicos revistados por pares. Encontramos 61 trabalhos, mas obtivemos acesso apenas a 59 trabalhos publicados em diferentes periódicos, entre os anos 2019 e 2021. Estes estudos tiveram, em geral, como objetivos principais abordar estratégias para a inclusão social de estudantes surdos. Apesar desta diversidade e preocupação em buscar soluções para a diferença linguística, nenhum dos artigos consultados foi publicado em uma versão em vídeo para a Libras e, destes 59, em oito foi possível encontrar também, além da versão em língua portuguesa, uma versão em língua inglesa. A seguir representamos graficamente as publicações em periódicos vinculados à plataforma CAPES entre 2019 e 2021:

Gráfico 4: Publicações CAPES periódicos (2019-2021)

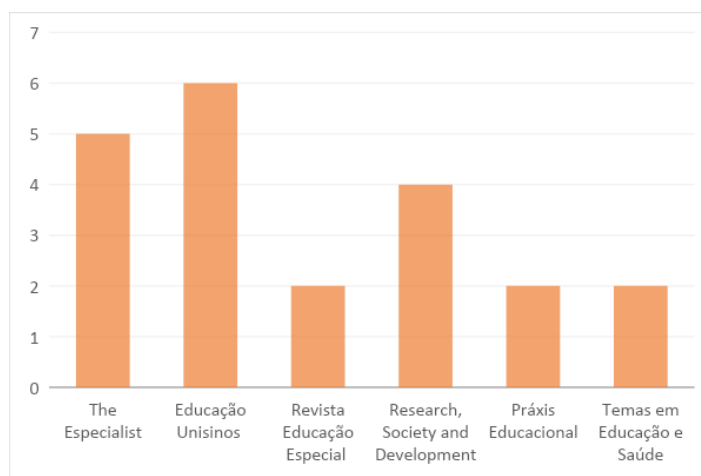


Fonte: dados da pesquisa

Lançamo-nos na busca por uma recorrência, dentre as publicações encontradas no portal CAPES, em revistas. Conforme pode ser visto no gráfico a seguir, alguns periódicos publicaram um número considerável de estudos sobre a educação de surdos para o período estabelecido, são elas: Revista The Specialist (5 publicações), Revista de Educação da Unisinos (6 publicações), Revista de Educação Especial (2 publicações), Revista Research, Society and Development (4 publicações), Revista Práxis Educacional (2 publicações) e Revista Temas em Educação e Saúde (2 publicações). Os demais periódicos publicaram cerca de um estudo por periódico no período e, por essa razão, não estão representados neste espaço.



Gráfico 5: Revistas com publicações recorrentes



Fonte: dados da pesquisa

Cabe salientar que, assim como na plataforma BDTD, a plataforma de periódicos da CAPES também não nos notificou acerca de nenhum estudo que fosse divulgado em línguas viso-espaciais como a Libras, centrando-se apenas em publicações em língua portuguesa e inglesa. Contudo, reconhecemos que alguns periódicos realizam essa divulgação, mas não aparecem com indexação a plataformas como a CAPES, o que torna seu acesso dificultoso em um primeiro momento. Passamos às considerações finais.

Considerações Finais

A pesquisa relatada neste artigo está em andamento. Apontamos aqui as descobertas referentes à primeira etapa de nossa incursão no campo, que se baseou na busca em portais de divulgação científica de estudos que poderiam se relacionar, ser produzidos ou contribuir de alguma forma com a melhoria da Educação de Surdos no país. Buscamos estudos em periódicos revisados por pares e trabalhos de dissertação e tese publicados entre 2019 e 2021. Nossa hipótese considera, inclusive, que o advento da Covid-19 poderia contribuir para uma socialização mais ampla dos estudos *sobre, para e de surdos*, tendo em vista o aumento da utilização de diversos recursos tecnológicos realizados neste período, sobretudo com o Ensino Remoto.



Encontramos cerca de 94 trabalhos como artigos, teses e dissertações e percebemos que a socialização destes materiais se dá de forma textual, em arquivos PDF e com grande predominância da língua portuguesa (apenas oito destes trabalhos foram publicados também em língua inglesa). Destacamos que, como a Libras é uma língua reconhecida como oficial para a Comunidade Surda e tendo como defesa as leis que se sucederam à essa oficialização, principalmente quanto à recente inclusão da Educação Bilíngue na Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB), tais estudos deveriam ser socializados também em Libras.

Conforme debatemos ao longo deste trabalho, é crescente o acesso da Comunidade Surda ao Ensino Superior, o que pressupõe também a realização de cursos de Pós-Graduação como Mestrado e Doutorado, principalmente. Nosso país tem sido destaque na implantação de cursos de Letras-Libras e Pedagogia-Libras, com o objetivo de expandir o acesso e as políticas de inclusão para a Comunidade Surda, com o oferecimento de uma educação bilíngue, que se fundamente na aprendizagem de sua língua materna, a Libras, como primeira língua (L1). Neste sentido, não podemos deixar de notar que, mesmo com esse apelo legítimo para que esse acesso se dê na L1 dos surdos, a divulgação científica continue ocorrendo em sua L2, a língua portuguesa escrita.

Ainda serão desenvolvidas mais duas fases para a realização deste trabalho que se trata de um trabalho de conclusão de curso. A próxima fase já iniciada visa a Análise dos Discursos de periódicos que são reconhecidos como instrumentos de acesso e divulgação científica para a Comunidade Surda. Apesar de não termos encontrado trabalhos provenientes destes periódicos, com indexação à CAPES, por exemplo, eles existem. Alguns portais destacados por nós e que já estão sendo analisados são: a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Repositório Institucional da UFSC e a Revista Fórum, vinculada ao INES. Buscamos analisar as orientações para a socialização científica e também a forma como essa tem sido realizada pelos pesquisadores que publicam nestes portais.

Além disso, uma terceira fase deste estudo compreende o exame de alguns regimentos de Programas de Pós-Graduação sobre a apresentação e publicação dos trabalhos finais produzidos no interior destes cursos. Interessamo-nos, principalmente, por compreender se cursos destinados à formação bilíngue de surdos apresentam políticas voltadas para esse tipo



de divulgação. Ao final destas análises, poderemos apresentar sugestões válidas e úteis para que os periódicos brasileiros passem a contemplar a Comunidade Surda, tendo em vista alternativas para que a divulgação científica possa ocorrer em sua L1 e não apenas em sua L2, como tem ocorrido prioritariamente. Desta forma, podemos pensar em pressupostos de produção mais horizontalizados e democráticos, passando, de fato a incluir em contraposição à simples inserção travestida da histórica exclusão que essa Comunidade já conhece muito bem.

Referências

BLOOME, D. et al. **Discourse analysis and the study of classroom language and literacy events**: A microethnographic perspective. Mahwah, NJ: LEA. 2005.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2019**. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021**. 2021a. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. **Governo Federal Ministério da Educação**. Educação Bilíngue de Surdos. MEC lança Proposta de Currículo para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-proposta-de-curriculo-para-o-ensino-de-portugues-escrito-como-segunda-lingua-para-estudantes-surdos>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hibris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 79-93, 2007.

CHAUI, M. A universidade sob uma nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. N. 24, pp. 5-15. 2003.

CHAI BUE, K.; AGUIAR, T. C. A Colonialidade sobre o Surdo. Editora Arara Azul. **Revista Virtual de Cultura Surda**. Edição nº 13, 2014. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/revista/edicoes-revista/edicao-14>. Acesso em: 28 mai. 2020.

CORREA, Y.; GOMES, R. P.; RIBEIRO, V. G. Infografia e acessibilidade para o público surdo. **HFD**, v.6, n.12, p. 28-45. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/hfd/article/view/2316796306122017028/8142>. Acesso em: 02 ago. 2021.

FERREIRA, C. G.; SANTIAGO, J. S. Considerações sobre o sistema CAPES de avaliação. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 1274-1294. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2021.

FREITAS, D. A.; EULÁLIO, W. E. S. Os surdos e o ensino superior no Brasil: uma reflexão. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, v. 10, n. 15, 26 jun. 2020. Disponível em: [https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/2621/2782#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20tinha%2C%20em%202016,%2C52%25%20do%20total\)..](https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/2621/2782#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20tinha%2C%20em%202016,%2C52%25%20do%20total)..) Acesso em: 02 ago. 2021.

MAHER, T. M. **O Dizer do sujeito bilíngue: aportes da sociolinguística**. Anais do Seminário Desafios e possibilidades na educação bilíngue para surdos. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1997.

MEGALE, A. Educação bilíngue de línguas de prestígio no Brasil: uma análise dos documentos oficiais. **The Specialist**. Volume 39, número 2, ano 2018.



- LARA, F. A. de. **Acesso aberto ao conhecimento científico e acessibilidade na percepção da pessoa surda**. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- OLIVEIRA, G. M. de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Muller de Oliveira. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/e92f933a3b0ca404b70a1698852e4ebd.pdf>. Acesso em 21 abr. 2020.
- QUADROS, R. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Revista Ponto de Vista**, UFSC, n. 5, 2004.
- QUADROS, R. M. de. O bi do bilingüismo na educação de surdos In: **Surdez e bilingüismo**. 1 ed. Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.117- 142.
- RIBEIRO, T. da S. Novas formas de divulgação do conhecimento científico. **E-docente**. 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/blog/educacao/novas-formas-de-divulgacao-do-conhecimento-cientifico/>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- SÁ, T. M. de.; FRANCISCO, G. da S. A. M.; BOURGUIGNON, S. C. **Biocinais**: recurso com licenças abertas em ambiente ava auxilia na divulgação de conhecimento científico bilingue em cursos de Pós-Graduações. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p.72124-72142. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/conta/Downloads/33121-84595-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- SOARES, M. Para quem escrevemos? Para quem pesquisamos? In: GARCIA, Regina Leite (org.) **Para quem escrevemos. Para quem pesquisamos**: O Impasse dos intelectuais. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 65-90
- WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas educativas**, v. 26, n. 83, 2018.
- ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, pp. 726-750. 2015.